

## 1 - INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social surgiu no âmbito da implementação do Programa Rede Social no concelho de Mirandela. Trata-se de “ (...) um instrumento no qual se concebe e desenvolve o quadro estratégico de intervenção do Desenvolvimento Social Concelhio considerando e gerindo as possibilidades, os recursos, mas também as fragilidades das diferentes medidas e políticas no terreno, das acções dos diversos sectores e das dinâmicas locais “. (*in* Rede Social, Núcleo, Dic – Departamento de Investigação e Conhecimento. Programa Rede Social. Plano de Desenvolvimento Social, pág. 72, sem data).

O Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social são componentes do mesmo processo, complementando-se e retro alimentando-se, já que o primeiro traduz os problemas e prioridades de intervenção, advindo desta análise estratégias e orientações. Passa-se de uma fase de informação para uma etapa de tomada de decisões.

Tal como no Diagnóstico, também o Plano de Desenvolvimento Social foi produto de um processo participativo, negociado, discutido, isto porque se tratou de um trabalho colectivo que integrou não só os parceiros do Conselho Local de Acção Social mas também actores e representantes das entidades locais cujo contributo e conhecimento constituiu uma mais valia para a elaboração do documento.

Ao longo de 5 a 6 meses foram feitas reuniões com grupos de trabalho relacionados com os eixos de intervenção identificados na fase do Diagnóstico. Toda a informação recolhida nas sessões de trabalho foi alvo de tratamento técnico, sendo o produto final analisado pelos elementos do Núcleo Executivo.

Pretendeu-se elaborar um plano por áreas temáticas que tiveram por base as problemáticas e problemas identificados na fase do Diagnóstico, chamando-se a atenção para o facto dos problemas da pobreza serem multidimensionais e multifacetados, estando interligados, pelo que não basta dar uma resposta numa única área.

Este documento não é estanque e acabado no tempo, pelo contrário, trata-se de algo contínuo e flexível em constante revisão, monitorização e avaliação.

É desejável que exista uma articulação entre o Plano de Desenvolvimento Social e outros instrumentos de planeamento, tal como é referido no Decreto – Lei nº 115/2006: “ Para fazer face a estes fenómenos e problemas que atingem transversalmente a sociedade portuguesa , é fundamental que no planeamento social de carácter local,



assim como na rentabilização dos recursos concelhios, estejam sempre presentes as medidas e acções definidas no diferentes documentos de planeamento, tais como o Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE), Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), o Plano Nacional de Emprego (PNE), Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), O Plano Tecnológico (PT), o Plano Nacional de Saúde (PNS), com especial enfoque na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o Plano Nacional para a Acção e a Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPDI), o Plano Nacional para a Igualdade (PNI), o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

## **2- DESENVOLVIMENTO SOCIAL:**

O conceito de Desenvolvimento Social assenta num conjunto de princípios convencionados pela Cimeira de Copenhaga, em 1995. Trata-se de uma noção que surgiu a partir das críticas a modelos de desenvolvimento que valorizam o crescimento económico e que assentam numa visão funcionalista que pressupunha que um nível de crescimento económico satisfatório, alcançado por determinadas regiões, seria o motor da generalização do bem-estar e da prosperidade noutras regiões.

Em Portugal, este tipo de concepções desembocaram em desequilíbrios fortes no espaço nacional, envelhecimento demográfico e empobrecimento generalizado das regiões do Interior do país, desigualdades sociais, problemas do reordenamento territorial e agressão ambiental, nos pólos industrializados e urbanizados.

Esta perspectiva foi alterada, tendo relevância para tal a Conferência de Copenhaga em 1995, que Portugal subscreve dando à noção de Desenvolvimento Social um prisma mais normativo. Pretendeu-se nesta Conferência chamar a atenção mundial para a necessidade de uma alteração das políticas que contrariassem a ênfase excessivo no crescimento económico, a persistência da utilização desmedida dos recursos naturais e o crescimento de situações de miséria e exclusão que tinha marcado as décadas anteriores. Surgiu então o conceito de Desenvolvimento Social que se rege pelos seguintes princípios e objectivos:

- 1- Colocar o ser humano no centro do desenvolvimento;
- 2- Assegurar a equidade entre gerações presentes e futuras;
- 3- Integrar as políticas económicas culturais e sociais;
- 4- Interdependência entre as esferas de actividades públicas privadas;
- 5- Promover a democracia, a dignidade humana, a justiça social e a solidariedade;
- 6- Defender a tolerância, a não violência, o pluralismo e a não discriminação;
- 7- Promover a distribuição equitativa dos rendimentos;
- 8- Reconhecer a família como unidade básica da sociedade;
- 9- Assegurar a inclusão no desenvolvimento social das pessoas e grupos desfavorecidos e vulneráveis;
- 10- Promover o respeito a observância e a protecção de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento:



- 11- Promover o exercício efectivo dos direitos e o cumprimento das responsabilidades;
- 12- Promover a igualdade e equidade entre homem e mulher;
- 13- Promover os direitos das crianças e dos homens;
- 14- Promover o fortalecimento da sociedade civil;
- 15- Cada membro possa satisfazer as suas necessidades básicas, alcançar a dignidade pessoal, a segurança e a criatividade;
- 16- Defender uma gestão e administração transparente e responsável;
- 17- Dar mais poder às mulheres, nomeadamente através da participação;
- 18- Possibilitar às pessoas idosas o acesso a uma vida melhor;
- 19- Atender às virtudes das novas tecnologias de informação, incluindo os benefícios da utilização e acesso por pessoas na situação de pobreza;
- 20- Fortalecer a participação da mulher em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural.

*In* Plano de Desenvolvimento Social de Mação (Cimeira de Copenhaga/1995)

### 3- ENQUADRAMENTO DOS OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE PLANEAMENTO NACIONAL

#### PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO (2006- 2008)

PNAI:	Prioridades Nacionais e Objectivos Comuns Europeus:
<p>Apresenta uma estratégia nacional de inclusão social assente numa análise do contexto sócio – económico e os seus reflexos sobre a natureza e a exclusão social, o que conduziu à identificação de um conjunto restrito de prioridades políticas de intervenção com vista à concretização dos objectivos comuns europeus através de uma intervenção de base local.</p>	<p>1-Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania.            2- Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação.            3- Ultrapassar as discriminações reforçando nomeadamente a integração das pessoas com deficiência e imigrantes</p>
Objectivos Comuns da Estratégia Europeia aos quais os PNAI devem responder:	Princípios Orientadores:
<p>a)-“Garantir o acesso de todos aos recursos, direitos e serviços sociais básicos, necessários à participação na sociedade, ao mesmo tempo que se encontram respostas para formas externas de exclusão e se combatem todas as discriminações conducentes à exclusão.            b)- Garantir a inclusão social activa de todos, através da promoção da participação no mercado de trabalho e do combate à pobreza e à exclusão das pessoas e dos grupos mais marginalizados.            c)- Garantir que as políticas de inclusão social são bem coordenadas e contam com o envolvimento de todos os níveis do Governo e agentes pertinentes ( incluindo as pessoas que vivem na pobreza), que são eficientes e integradas em todas as políticas publicas relevantes, designadamente as políticas económicas e orçamentais, de educação e formação e os programas dos fundos estruturais ( nomeadamente o FSE), e que tem em conta a perspectiva da igualdade entre homens e mulheres”.</p>	<p>1.Consagração de direitos básicos de cidadania, que postula o direito ao trabalho e apoios básicos com vista à inserção, mas também ao exercício dos direitos cívicos, á cultura, á educação, à habitação condigna e á participação na vida social e cultural.            2-A responsabilização e a mobilização do conjunto da sociedade e de cada pessoa no esforço da erradicação das situações de pobreza e exclusão, com particular enfoque na contratualização das resposta de protecção social.            3- A integração e multidimensionalidade entendidas como convergência das medidas económicas, sociais e ambientais com vista ao desenvolvimento e promoção das comunidades locais, apelando à convergência de sinergias e á congregação dos recursos.            4- Universalidade e Diferenciação Positiva, isto é, a garantia de que, no cumprimento dos objectivos de inclusão social, todos os cidadãos e cidadãs são tratados como iguais na base da diversidade das suas situações e necessidades e em relação com os recursos e as oportunidades.            5- Territorialização das intervenções como aproximação e adequação ás especificidades locais, aí criando dinâmicas de potenciação dos recursos e das competências.            6- Reconhecimento da importância da Igualdade de oportunidades e da perspectiva do género.</p>

Fonte: - Plano Nacional de Acção para a Inclusão(2006 - 2008)

## PLANO NACIONAL DE EMPREGO (2005-2008)

O QUE É:	DESAFIOS ESTRATÉGICOS:
<p>É o instrumento de base de participação de Portugal na Estratégia Europeia para o emprego. Surgiu em 1997 num reunião extraordinária do Conselho Europeia e tem como finalidade garantir o desenvolvimento de uma política de emprego coerente e integrado.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego.</li> <li>2- Antecipar e gerir positivamente as reestruturações.</li> <li>3- Promover a flexibilidade com segurança no emprego.</li> <li>4- Reforçar a educação e qualificação da população.</li> <li>5 – Modernizar o sistema de protecção social.</li> </ol>

Fonte: Plano Nacional de emprego (2005-2008)

## PLANO TECNOLÓGICO:

O QUE É?	EIXOS DE ACÇÃO
<p>É um plano de acção para levar à prática um conjunto articulado de políticas que visam estimular a criação, difusão, absorção e uso do conhecimento para transformar Portugal numa economia dinâmica e capaz de se afirmar na economia global</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>1- Conhecimento</b> – Qualificar os Portugueses para a sociedade do conhecimento, fomentando medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educacionais médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem.</li> <li><b>2 – Tecnologia</b> – Vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação do emprego qualificado e nas actividades de investigação e desenvolvimento.</li> <li><b>3- Inovação</b> – Imprimir um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.</li> </ol>

Fonte: Plano Tecnológico – Uma Estratégia de Crescimento com base no Conhecimento, Tecnologia e Inovação - Documento de Apresentação



## ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ENDS

O QUE É:	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS:
<p>Visa o período de 2005-2015. Consiste num conjunto coordenado de actuações que, partindo da situação actual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico celebre e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente.</p>	<p>“Alteração em profundidade da actual situação no que respeita à qualificação da população activa, à formação ao longo da vida e à disponibilidade das empresas, como para o cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do Ambiente, num contexto de crescente complexidade, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a “ sociedade de conhecimento”.</p> <p>Assegurar um crescimento mais rápido da economia portuguesa, que permita retomar a dinâmica de convergência(...)</p> <p>Assegurar um modelo de desenvolvimento que integre a protecção do ambiente numa sociedade em que a protecção do ambiente assenta sobretudo na prevenção e valorização e em que o património natural seja assumido como valor a evidenciar e factor de diferenciação positivo</p> <p>Reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, actuando ao nível das redes, dos sistema urbano e da competitividade e atractividade das cidades e áreas metropolitanas, assegurando uma melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território conducente à salvaguarda do seu valor estratégico no longo prazo, ao mesmo tempo que se promovem padrões mais elevados de qualidade de vida em todo o território nacional</p> <p>Assegurar que as Instituições responsáveis pela satisfação de necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social sejam capazes de suportar o choque do “ envelhecimento da população e do amadurecimento etário da população activa hoje residente, num quadro de coesão e equidades sociais, sem provocarem um descontrolo das finanças públicas e uma carga adicional de impostos</p> <p>Compreende a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo, e contribuir de forma empenhada para os esforços crescentes da comunidade internacional no sentido da construção da paz, da sustentabilidade dos ecossistemas e do equilíbrio ambiental do planeta no seu todo.</p>

Fonte: ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2015). Autores: Isabel Almeida Mota, Mário Pinto, Jorge Vasconcelos e Sá, Viriato Soromenho Marques, José Félix Ribeiro.

## PLANO DE ACÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE – PAIPDI

O QUE É:	OBJECTIVOS DO PLANO:
É o 1º Plano de Acção para a integração de Pessoas com deficiência ou Incapacidade.	1- Promoção dos direitos humanos e do exercício da cidadania. 2- Integração das questões da deficiência e da incapacidade nas políticas sectoriais. 3- Acessibilidade a serviços, equipamentos e produtos. 4 – Qualificação, formação e emprego das pessoas com deficiências ou incapacidades. 5- Qualificação de recursos /formação dos profissionais e conhecimento estratégico.

Fonte: PAIPDI (2006-2009) – Apresentação em Conferência de Imprensa, 1 de Fevereiro/2006.

## PLANO NACIONAL DE SAÚDE (2004- 2010)

O QUE É:	OBJECTIVOS S ESTRATÉGICOS:
Instrumento de gestão, com orientações estratégicas destinadas a sustentar (política, técnica e financeiramente) o Sistema Nacional de Saúde.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Obter ganhos na saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença.</li> <li>- Utilizar instrumentos necessários, num contexto organizacional adequado, nomeadamente centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema prestador de cuidados.</li> <li>- Garantir os mecanismos adequados para a efectividade do plano, através de uma cativação de recursos adequada, promovendo o diálogo intersectorial, adequando o quadro de referência legal e criando mecanismos de acompanhamento e actualização do Plano.</li> </ul>

Fonte: Plano Nacional de Saúde (2004-2010)- Volume I – Prioridades. Ministério da Saúde – Direcção Geral de Saúde. Lisboa.

## REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS

O desenvolvimento de um sistema de cuidados continuados às pessoas idosas e às pessoas dependentes constitui uma das prioridades do XVII Governo Constitucional. A Rede Nacional de Cuidados Continuados foi publicada em Diário da República dia 6 de Junho de 2006 (Decreto – Lei nº 101/2006). Esta Rede tem como principal objectivo apoiar e reforçar as respostas já existentes, alargando as redes comunitárias de apoio para a prática integrada desses cuidados através da promoção da necessária articulação

entre Centros de Saúde, Hospitais, Unidades especificamente dedicadas aos cuidados continuados e paliativos, serviços e Instituições de Apoio Social.

A Rede prevê diferentes tipos de Unidades e Equipas para a prestação de cuidados de saúde e ou apoio social, sendo estas:

1) Unidades de Internamento que incluem as:

- a) Unidades de Convalescença.
- b) Unidades de Média Duração e Reabilitação.
- c) Unidades de Longa Duração e Manutenção.
- d) Unidade de Cuidados Paliativos.

2) A Unidade de Ambulatória é constituída pela Unidade de Dia e Promoção da Autonomia, em que são equipas hospitalares as:

- a) Equipas de Gestão de Alta.
- b) Equipas Intra-Hospitalares de suporte de cuidados paliativos.

Esta Rede organiza-se em dois níveis territoriais de operacionalização, regional e local. O ingresso na Rede é efectuado através da proposta das equipas prestadoras de cuidados continuados integrados ou de equipas de gestão de altas, na decorrência de diagnóstico da situação de dependência.



#### **4 - EIXOS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIOS**

Ao longo das reuniões, o conjunto de problemas priorizados e potencialidades, foram sofrendo algumas afinações, pelo que as análises SWOT'S das várias áreas de intervenção surgem com ligeiras alterações. Salienta-se a actualização de alguns dados, nomeadamente na área da toxicodependência.

Uma vez que se torna difícil promover medidas para a resolução de todos os problemas identificados, foi necessário estabelecer prioridades de intervenção baseada na dificuldade de resolução dos problemas, por falta de meios.

## EIXO I – INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS

### 1 – FALTA DE APOIO FORMAL E INFORMAL AOS IDOSOS

<p style="text-align: center;"><b>FORÇAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ IPSS'S com as valências de Centro de Dia/Lar/Apoio Domiciliário.</li> <li>✚ Santa Casa da Misericórdia de Mirandela com a valência de Centro de Dia/lar/Apoio Domiciliário/ Unidade de Apoio Integrado (UAI), Apoio Domiciliário Integrado (ADI).</li> <li>✚ Centro de Saúde.</li> <li>✚ Unidade Hospitalar de Mirandela.</li> <li>✚ Existência no Concelho de uma clínica privada de Reabilitação que faz consulta e tratamento de fisioterapia (Medicina Física e Reabilitação) a doentes acamados e com mobilidade reduzida na habitação própria, lares de idosos, etc..., tendo até ao momento 7 carrinhas a circular.</li> <li>✚ Empresas de Inserção.</li> <li>✚ Unidade de Cuidados Continuados (Santa Casa da Misericórdia).</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>FRAQUEZAS :</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Déficit de equipamentos de apoio à terceira idade, nomeadamente na valência de lar. (existência de listas de espera na valência de lar).</li> <li>✚ Lacunas ao nível dos serviços prestados- Apoio Domiciliário.</li> <li>✚ Inadequação de apoios para os idosos em situação de dependência (cuidados continuados).</li> <li>✚ Isolamento geográfico e sócio familiar dos idosos/ Fraca acessibilidade ao nível dos transportes nalgumas zonas rurais.</li> <li>✚ Insuficiência de formação profissional para os funcionários das IPSS'S. *</li> <li>✚ Necessidade de reforçar as actividades lúdicas e de lazer dos idosos.</li> <li>✚ Problemas subjacentes às dinâmicas institucionais.</li> <li>✚ Desresponsabilização dos familiares/negligência a abandono por parte das famílias em relação aos idosos.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>AMEAÇAS.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Aumento da população idosa.</li> <li>✚ Aumento do índice de envelhecimento e índice de dependência.</li> <li>✚ Aumento da procura de serviços de apoio à terceira idade.</li> <li>✚ Fragilização das estruturas familiares- aumentam as dificuldades de compatibilizar o trabalho com a vida familiar.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>OPORTUNIDADES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ IPSS'S (Centros de Dia/ Lares/Serviço de Apoio Domiciliário).</li> <li>✚ Alargamento e desenvolvimento de um Programa de Famílias de Acolhimento de idosos em parceria com a Segurança Social.</li> <li>✚ Abertura de um novo Centro de Saúde.</li> <li>✚ Possibilidades de criação de novos projectos e canalização de novos investimentos para a área do social.</li> <li>✚ Prestação Social do CSI – Complemento Solidário do Idoso e RSI- Rendimento Social de Inserção, nalgumas situações.</li> <li>✚ Envolvimento em parcerias e articulação entre os serviços e as Instituições.</li> <li>✚ Rede Social.</li> <li>✚ Algumas das instituições não possuem somente valência para idosos, mas cruzam em espaços relativamente polivalentes, destinadas a outros grupos etários, facto que, de algum modo, estimula as relações intergeracionais.</li> </ul>

\* - Necessidade não sentida pela Santa Casa da Misericórdia, pois anualmente tem um Plano de Formação da União das Misericórdias.

### **ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO/ PROBLEMAS:**

Será necessário melhorar a qualidade de vida da população idosa residente no concelho, através da construção de novos equipamentos, nomeadamente na valência de lar nas freguesias do concelho e otimizando os serviços, sendo a implementação de uma Unidade de Cuidados Continuados às pessoas idosas e dependentes uma das principais prioridades.

Ao passo que algumas valências têm uma taxa de utilização mais baixa, outras há em que a taxa de utilização é máxima levando à existência de listas de espera como acontece na valência de lar.

É necessário combater o isolamento pessoal e social dos idosos, preservando a sua autonomia e ligação aos espaços que lhes são familiares. É necessário mobilizar a comunidade, dinamizar actividades sócio – culturais capazes de envolver a população e o convívio inter geracional, acções capazes de promover o estatuto do idoso. Articular as respostas entre as instituições procurando otimizar os equipamentos e os serviços, constituem intervenções fundamentais.

## 2- INSUFICIÊNCIA DE APOIO PARA A POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.

<p style="text-align: center;"><b>FORÇAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ APPACDM de Mirandela com a valência de CAO e Residência Autónoma com acordo.</li> <li>➤ CDSSS (Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social)</li> <li>➤ Equipa de Intervenção Precoce.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>FRAQUEZAS :</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Deficiência na articulação entre os parceiros sociais (saúde, Segurança Social, Educação, Emprego e Formação Profissional).</li> <li>➤ Existência de barreiras arquitectónicas que dificultam o acesso a vários serviços da comunidade.</li> <li>➤ Inadequada rentabilização dos recursos humanos e materiais existentes nas escolas.</li> <li>➤ Desadequação no processo de acompanhamento às famílias.</li> <li>➤ Resistência à integração de crianças e jovens com deficiências graves /profundas no sistema regular de ensino.</li> <li>➤ Dificuldade de integração sócio profissional dos indivíduos portadores de deficiência.</li> <li>➤ Dependência económica relacionada com os fracos recursos financeiros, e as pensões baixas das pessoas portadoras de deficiência.</li> <li>➤ Desactualização dos dados da população com deficiência com necessidade de despistar os casos de doença mental/deficiência mental.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>AMEAÇAS.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Instabilidade/ (In)definição das políticas sociais.</li> <li>➤ Instabilidade do corpo técnico.</li> <li>➤ Debilidade do tecido empresarial.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>OPORTUNIDADES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O envolvimento em parcerias e articulação entre os serviços e as instituições.</li> <li>➤ Rede Social.</li> <li>➤ Possibilidade de definir candidaturas e recorrer a programas nacionais existentes na área.</li> <li>➤ Abertura da Delegação da Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (Delegação de Trás-os-Montes)</li> <li>➤ Existência de Solidariedades sociais fortes</li> </ul>

### ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO/PROBLEMAS:

Melhorar e reforçar os equipamentos de apoio à população portadora de deficiência, constitui uma das prioridades. Melhorar as suas condições de vida deste contingente populacional através da eliminação das barreiras arquitectónicas, assim como reforçar as actividades lúdicas e recreativas, constituem algumas das intervenções a realizar. É também necessário sensibilizar e informar a população em geral e os agentes locais para a problemática desta área.

### 3- FALTA DE HABITAÇÃO DIGNA PARA MUITOS AGREGADOS FAMILIARES.

<p style="text-align: center;"><b>FORÇAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Regulamento de Apoio á Habitação (C.M.M.)</li> <li>➤ Apoio da CDSSS.(RSI)</li> <li>➤ Programa Solarh.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>FRAQUEZAS :</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Existência de número significativo de agregados familiares a necessitar de apoio habitacional.</li> <li>➤ Existência de pedidos em lista de espera.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>AMEAÇAS.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mercado de arrendamento inflacionado tendo em conta o poder de compra dos agregados familiares mais carenciados.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>OPORTUNIDADES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Programa PROHABITA.</li> <li>➤ Transferência de bens imóveis dos respectivos direitos e obrigações de propriedade do Instituto de Gestão e Alienação do património Habitacional do Estado (IGAPHE) para o município de Mirandela</li> </ul>

#### ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO/PROBLEMAS:

Apostar numa política de habitação social assumindo como objectivo prioritário melhorar as condições habitacionais dos agregados familiares mais carenciados, através do programa PROAHBITA e da transferencia de bens imóveis dos respectivos direitos e obrigações de propriedade do Instituto de Gestão e Alienação do património Habitacional do Estado (IGAPHE) para o município de Mirandela, dando continuidade aos Programas já existentes no apoio à habitação.

Partindo do pressuposto que os Programas de realojamento não trazem somente questões financeiras e urbanísticas, mas também sociais, é objectivo que este realojamento seja acompanhado por um Programa de apoio social de forma a facilitar a integração social destas famílias, realçando-o para a importância da preservação da habitação no futuro.

Embora com as estratégias de intervenção apresentadas se resolvam muitos dos problemas ao nível da habitação, a verdade é que outros problemas surgem e tem que ser repensados no futuro. Tais tem a ver com aqueles agregados familiares que não tem rendimentos e ou rendimentos fracos, o que leva a um poder de compra fraco para pagar as rendas de casa no parque habitacional privado. A agravar estas situações, verificamos



que os apoios existentes ao nível da habitação, por parte da Câmara, com o Regulamento de Apoio à Habitação e o Programa Solarh não conseguem dar resposta a estas situações, visto que quer num caso quer no outro um dos agregados familiares tem que ser proprietário da habitação. Ao nível da Segurança Social os apoios são também eventuais.

Como causa do problema habitacional, temos agregados familiares em situação de pobreza (carência económica, social e profissional).

#### 4- ALCOOLISMO E TOXICODPENDÊNCIA.

<p><b>FORÇAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Centro de Saúde.</li> <li>➤ Unidade Hospitalar de Mirandela.</li> <li>➤ CDSSS.</li> <li>➤ CAT (Centro de Atendimento a Toxicodependentes).</li> </ul>	<p><b>FRAQUEZAS :</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Inexistência de equipamentos de apoio à toxicodependência.</li> <li>➤ Distanciamento dos serviços de apoio à toxicodependência.</li> <li>➤ Baixas qualificações profissionais dos casos detectados.</li> <li>➤ Desintegração sócio profissional pós desintoxicação.</li> <li>➤ Dificuldade de inserção na vida activa.</li> <li>➤ Fragilidade ao nível dos mecanismos de prevenção primária das toxicodependência, visto que terminou o Plano Municipal de Prevenção Primária da Toxicodependência.</li> </ul>
<p><b>AMEAÇAS.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reprodução de comportamentos nas gerações mais novas, que são mais permeáveis às pressões de grupo.</li> </ul>	<p><b>OPORTUNIDADES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O envolvimento em parcerias e articulação entre os serviços e as instituições.</li> <li>➤ Abertura de um novo Centro de Saúde.</li> <li>➤ Associações desportivas, culturais e recreativas que podem ter um papel preponderante ao nível da promoção da saúde.</li> </ul>

#### ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO/PROBLEMAS:

Investir na informação e na prevenção que se pode concretizar na apreensão de conhecimentos e na adopção de estilos de vida saudáveis. É necessário reforçar os recursos de apoio ao alcoolismo e toxicodependência através da articulação entre os serviços. É necessário numa primeira fase conhecer ou fazer um estudo mais aprofundado da problemática da toxicodependência no concelho de Mirandela, procedendo à actualização dos dados do número de utentes a nível Institucional, nomeadamente ao nível do CAT, visto que na fase de Diagnóstico só constam os dados relativos a uma data específica (2006). Neste sentido, e segundo os dados fornecidos pelo CAT de Bragança a 16 de Novembro de 2006, e efectuado em estudo, verificou-se que os utentes admitidos em consulta desde 1997 até 2006 era de 207 utentes inscritos do Concelho de Mirandela, o que representa 19,7% dos utentes admitidos no CAT de Bragança. Salienta-se o facto de que existem mais utentes do sexo masculino (181) em relação ao sexo feminino (26). No que concerne aos utentes activos (aqueles que no ultimo ano frequentaram consultas no CAT) são 81, havendo uma maioria do sexo masculino (70) e 11 do sexo feminino. Convém fazer a distinção entre “utentes admitidos” e “ utentes activos”. O primeiro corresponde ao total de utentes que



recorreram ao CAT, e o segundo corresponde aos utentes que no último ano frequentaram consultas do CAT.

## EIXO 2- INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR

<p style="text-align: center;"><b>FORÇAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Agrupamento Vertical Luciano Cordeiro.</li> <li>➤ Agrupamento de Escolas de Torre de Dona Chama.</li> <li>➤ Escola Secundária.</li> <li>➤ Externato Liceal de Torre de Dona Chama.</li> <li>➤ CEF.</li> <li>➤ INFTUR- Núcleo Escolar de Mirandela.</li> <li>➤ Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais.</li> <li>➤ ESPROARTE- Escola Profissional de Arte de Mirandela.</li> <li>➤ Concentração da população na sede do concelho.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>FRAQUEZAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Existência de um número significativo de alunos no 1º ciclo a necessitar de apoio ao nível da acção social.</li> <li>➤ Identificação por parte de agentes privilegiados de maus hábitos alimentares nas crianças.</li> <li>➤ Baixos níveis de escolaridade da população residente.</li> <li>➤ Existência de alunos com problemas sociais e familiares aos quais a escola não consegue dar resposta.</li> <li>➤ Desfasamento nos currículos (deviam ter uma componente mais prática)</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>AMEAÇAS.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Diminuição da população juvenil.</li> <li>➤ Despovoamento nas zonas rurais.</li> <li>➤ Indefinição das políticas educativas.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>OPORTUNIDADES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Carta Educativa: Instrumento de reordenamento escolar e construção de pólos educativos. Tem como principal objectivo rentabilizar os recursos educacionais existentes e conseguir um nível de escolaridade mais socializado e saudável para as crianças.</li> <li>➤ Rede Social.</li> <li>➤ Centros de Formação (Certificação e Validação de Competências).</li> <li>➤ Existência de todos os níveis de ensino.</li> <li>➤ Programa Escolhas.</li> <li>➤ Programa PIEF.</li> </ul>

### ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO/PROBLEMAS:

A educação é um dos indicadores mais importantes para o desenvolvimento social já que constitui um factor de mudança em todos os sectores sociais e económicos. É necessário apostar numa escola mais atractiva e eficiente, trabalhando o grau de motivação dos alunos.

Salienta-se que alguns dos problemas colocados nesta área vão ser alvo de intervenção através do Programa Escolhas. Para além disso, considerou-se relevante apostar nas potencialidades da INFTUR- Núcleo Escolar de Mirandela, Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais e Escola Profissional de Arte de Mirandela. Estas constituem alternativas ao ensino em áreas de fácil empregabilidade, ao mesmo tempo que promovem actividades essenciais para o desenvolvimento do Concelho. Todas as Escolas enunciadas foram criadas em parceria quer com a Câmara,



quer com a Associação de Socorros Mútuos, a Associação Comercial e Industrial de Mirandela e o Ministério de Economia e Ministério de Educação.

### EIXO 3 – PRIMEIRA INFÂNCIA

<p style="text-align: center;"><b>FORÇAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ IPSS'S com as valências de creche, jardim – de infância, ATL, 1º Ciclo.</li> <li>➤ CDSSS.</li> <li>➤ Câmara Municipal de Mirandela.</li> <li>➤ Ministério da Educação – Pré-Escolar e 1º Ciclo.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>FRAQUEZAS :</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Instituições super lotadas.</li> <li>➤ Existência de listas de espera na valência de creche e jardim de infância.</li> <li>➤ Necessidade de articular o trabalho entre as Instituições.</li> <li>➤ Existência de famílias que necessitam de apoio sócio-económico.</li> <li>➤ Insuficiência de equipamentos para a ocupação de tempos livres na época balnear (férias), nomeadamente para crianças nas faixas etárias dos 0 aos 6 anos.</li> <li>➤ Passividade das famílias perante a “vida dos equipamentos”.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>AMEAÇAS.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Diminuição da população juvenil.</li> <li>➤ Envelhecimento da população.</li> <li>➤ Concentração da população na sede do concelho.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>OPORTUNIDADES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Candidaturas a programas nacionais.</li> <li>➤ Possibilidade de estabelecer parcerias.</li> </ul>

#### **PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO:**

Uma das grandes prioridades de intervenção passa por reforçar os equipamentos para a primeira infância, nomeadamente nas valências de creche. Reforçar a articulação com as Instituições e desenvolver actividades de forma a promover um desenvolvimento harmonioso das crianças, constituem os principais factores sobre os quais o Plano de Desenvolvimento Social irá incidir.

## EIXO 4: (DES)EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

<p style="text-align: center;"><b>FORÇAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ IEFEP</li> <li>➤ Centros de Formação</li> <li>➤ Escolas Profissionais</li> <li>➤ Associação Comercial e Industrial de Mirandela.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>FRAQUEZAS :</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desajustamento entre as qualificações escolares e as oportunidades no mercado de trabalho.</li> <li>➤ Baixas qualificações profissionais da população residente/população desempregada.</li> <li>➤ Maior incidência do desemprego feminino.</li> <li>➤ Atitude passiva perante o desemprego</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>AMEAÇAS.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dificuldade em contornar as situações de desemprego.</li> <li>➤ Esvaziamento populacional progressivo dos espaços rurais, provocando o isolamento, podendo reduzir os níveis de qualidade.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>OPORTUNIDADES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ IV Quadro Comunitário.</li> <li>➤ Concentração da população na sede do concelho.</li> <li>➤ Património histórico e arquitectónico.</li> <li>➤ Produtos agrícolas de grande aceitação no mercado.</li> <li>➤ Centros de formação (Certificação e Validação de Competências)</li> <li>➤ Programa Terra Olea.</li> </ul>

### ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO:

Apostar na qualificação com dupla certificação.

Para além de preparar os trabalhadores para uma determinada profissão, é necessário apostar também na aquisição de competências ao nível de ler, compreender, interpretar, capacidade para raciocinar, decidir, resolver, criatividade, iniciativa, autonomia, sentido crítico, trabalho em equipa, capacidade de adaptação e flexibilidade, tecnologias de informação e comunicação, língua inglesa, higiene e segurança. Em termos de qualificação profissional esta terá que ser articulada com iniciativas de emprego.

O desemprego deve ser minimizado, o que requer uma dinamização efectiva dos cursos de formação, de forma a potenciar nos indivíduos novas capacidades numa relação de adaptabilidade com as ofertas do mercado de trabalho.

## **5 - METODOLOGIA ADOPTADA**

Tal como na elaboração do Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Acção assentaram numa lógica de planeamento participado, logo a metodologia passou pela realização de reuniões de grupos de trabalho organizadas segundo as problemáticas encontradas na fase do Diagnóstico.

Estes grupos de trabalho foram constituídos não só pelos parceiros do Conselho Local de Acção Social mas também por outras Entidades que contribuíram na definição de estratégias importantes para promover o desenvolvimento social. Recorreu-se a uma multiplicidade de técnicas de recolha de informação, como conversas informais com informadores privilegiados, reuniões informais, assim como se procedeu à análise documental e pesquisa bibliográfica.

Todo o trabalho desenvolvido ao longo de 6 meses foi validado em reuniões de núcleo executivo que levou à aprovação do documento em reunião plenária.

Com vista a sistematizar a informação foram construídos quadros por áreas problemáticas, onde se procurou definir os objectivos gerais, objectivos específicos, estratégias de acção, os resultados esperados e os indicadores de avaliação finais para os 3 anos.

## 6 -LINHAS ORIENTADORAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### EIXOS DE INTERVENÇÃO

<p><b>INTEGRAÇÃO SOCIAL DE GRUPOS VULNERÁVEIS:</b></p> <p><b>Problemáticas Integradas neste Eixo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Falta de Apoio Formal e Informal aos Idosos.</li><li>b) Insuficiência de Apoio para a População Portadora de Deficiência.</li><li>c) Falta de Habitação Digna para Muitos Agregados Familiares.</li><li>d) Alcoolismo e Toxicodpendência.</li></ul>	<p><b>INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR</b></p>
<p><b>PRIMEIRA INFÂNCIA</b></p>	<p><b>(DES)EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b></p>



## MEDIDA TRANSVERSAL AO EIXO I

Eixo de Intervenção: EIXO I – Integração Social dos Grupos Vulneráveis.				
Objectivo Geral	Objectivo Especifico	Estratégias de Acção	Resultados Esperados	Indicadores de Avaliação
Atenuar a pobreza e exclusão social dos grupos sociais mais desfavorecidos.	Foram reforçados os apoios económicos dos grupos sociais mais desfavorecidos do concelho, até Dezembro de 2009.	<p>Criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração do regulamento</p> <p>Elaboração do Regulamento de apoios económicos aos grupos sociais mais desfavorecidos do concelho.</p>	<p>Criação do Regulamento.</p> <p>Que 5% da população mais carenciada do concelho usufrua dos apoios estabelecidos no Regulamento.</p>	Nº de pessoas apoiadas no Regulamento por grupo-alvo.



<b>Eixo de Intervenção: EIXO I – Integração Social dos Grupos Vulneráveis.</b>				
<b>Problemática: Falta de Apoio Formal e Informal aos Idosos.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Melhorar a qualidade e condições de vida autónoma da população idosa</b>	Foram aumentados os equipamentos sociais na área da terceira idade na valência de lar nas freguesias do Concelho, até Dezembro de 2009.	Candidaturas a Programas/Projectos nacionais ( PARES). Trabalho e estabelecimento de parcerias.	Aumentar o n.º de vagas em lar para idosos que perderam autonomia.	Programas e projectos existentes e candidaturas apresentadas e aprovadas. N.º de novos equipamentos criados por valências/ n.º de utentes. Evolução do n.º de idosos em lista de espera, por IPSS'S e valências. Taxa de utilização das valências.
	O n.º de utentes em apoio domiciliário sofreu um aumento de forma a atingir a taxa de utilização total, até Dezembro de 2009.	Os agentes locais privilegiados deverão sensibilizar as populações a aderir ao serviço de Apoio Domiciliário	Aumento de utentes em apoio domiciliário / diminuição da procura na valência de lar.	N.º de utentes em apoio domiciliário. Taxa de utilização desta valência. Taxa de cobertura.
	Os agentes locais privilegiados foram sensibilizados e informados para a prestação de cuidados informais e Redes de Voluntariado para melhorar o apoio aos idosos, até Dezembro de 2009.	Sessões de sensibilização Utilização de actores sociais privilegiados (Presidentes de Junta de Freguesia, Párocos, Dirigentes Associativos, entre outros...) Trabalho de parceria. Aproveitamento dos recursos locais.	Sensibilizar as pessoas para a importância das solidariedades informais.  Aumentar o n.º de prestadores de cuidados informais.	N.º de sessões de sensibilização realizadas. N.º de prestadores de cuidados informais criados.
	Foram incrementadas 4 Famílias de Acolhimento para Idosos, até Dezembro de 2009.	Sessões de sensibilização.	Existência de 4 Famílias de Acolhimento em 2009.	N.º de Famílias de Acolhimento existentes em 2007 e 2009.



<b>Eixo de Intervenção: EIXO I – Integração Social dos Grupos Vulneráveis.</b>				
<b>Problemática: Falta de Apoio Formal e Informal aos Idosos.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Melhorar a qualidade e condições de vida autónoma da população idosa.</b>	As qualificações profissionais dos prestadores de cuidados formais aos idosos das IPSS'S foram reforçadas através da frequência de acções de formação/ acções pontuais de informação, até Dezembro de 2009.	Pesquisa de acções de formação (IEFP, União das IPSS'S, REAPN, Centro de Formação de Bragança) Estabelecimento de contactos com os Bombeiros/Centro de Saúde para acções de (in)formação pontuais. Trabalho de parceria entre as IPSS'S.	Dotar todos os funcionários das IPSS'S de formação. Reforçar as relações institucionais entre as IPSS'S do Concelho	Cursos existentes. N.º de formações realizadas/ n.º de horas. N.º de funcionárias que frequentaram as acções. N.º de acções de (in)formação realizadas. Parcerias realizadas.
<b>Reforçar o apoio a idosos dependentes e/ou pessoas dependentes, até Dezembro de 2009.</b>	Foi promovida e aumentada a oferta de serviços a idosos/pessoas dependentes, até Dezembro de 2009.	Racionalização de recursos existentes no concelho. Estabelecimento de Parcerias e protocolos.	Criação de uma Rede de Cuidados Continuados. Aumentar o n.º de camas em regime de média e longa duração ao longo dos 3 anos, visto que para o 1º ano (2007) estão previstas 10 camas em regime de média duração e 15 de longa duração.	N.º de camas contractualizadas em 2007 e 2009.
<b>Minimizar o isolamento geográfico e social dos idosos.</b>	Foram criados mecanismos de apoio social e de saúde aos idosos residentes nas zonas rurais mais isoladas, até Dezembro de 2009.	Estabelecimento de parcerias. Rentabilização dos recursos existentes. Candidaturas ao Quadro de Referência Estratégica Nacional.	Criação de uma Unidade Móvel de Saúde. Minimizar o isolamento dos idosos.	N.º de parcerias levadas a cabo. Serviços criados. N.º de pessoas/idosos que recorrem aos serviços. Grau de descentralização dos serviços.



<b>Eixo de Intervenção: EIXO I – Integração Social dos Grupos Vulneráveis.</b>				
<b>Problemática: Falta de Apoio Formal e Informal aos Idosos.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Minimizar o isolamento geográfico e social dos idosos.</b>	A oferta cultural e recreativa aos idosos foi optimizada, até Dezembro de 2009.	Envolver as Entidades Locais na dinamização de actividades diversas. Trabalho em parceria. Aproveitamento dos recursos concelhios.	Participação dos idosos nas actividades culturais e recreativas. Melhorar a oferta cultural e recreativa. Reforçar as relações entre as Instituições.	Envolvimento das Entidades para o desenvolvimento de actividades. N ° de actividades realizadas. Parcerias estabelecidas. Grau de participação dos idosos nas actividades propostas.



<b>Eixo de Intervenção: EIXO I – Integração Social dos Grupos Vulneráveis.</b>				
<b>Problemática: Insuficiência de Apoio para População Portadora de Deficiência.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Sensibilizar a população em geral para a problemática dos cidadãos portadores de deficiência, até Dezembro de 2009.</b>	Foram promovidos mecanismos de acesso à comunicação e à informação acerca da problemática das pessoas com deficiência, até Dezembro de 2009.	Programas de Rádio Local. Sessões de sensibilização com agentes privilegiados (Presidente de Junta/Párcos, Dirigentes Associativos). Divulgação de trabalhos científicos Estabelecimento de parcerias. Promoção de campanhas e seminários.	Dar a conhecer os recursos existentes no concelho/distrito para a população com deficiência. Divulgar o que a APPACDM oferece à população com deficiência e suas famílias. Divulgar, esclarecer, informar e combater a ignorância e destruir tábus.	N.º de sessões de sensibilização realizadas. N.º de agentes privilegiados que aderiram às sessões. N.º de agentes privilegiados informados (as). Programa de Rádio – informações divulgadas.
<b>Promover a efectiva inclusão social do cidadão com deficiência</b>	Foi criado o Lar Residencial para instalações definitivas na APPACDM e aumentou o n.º de utentes para 15 nessa valência, até Dezembro de 2009.	Candidaturas a Programas/ Projectos nacionais (PARES)	Criação do Lar Residencial com instalações definitivas. 15 utentes na valência de Lar Residencial. Diminuição do n.º de utentes em lista de espera.	Programas e Projectos Existentes. Candidaturas apresentadas e aprovadas. Equipamentos criados. N.º de utentes e n.º de utentes em listas de espera.
	As Empresas e Instituições locais foram sensibilizadas para a integração profissional de pessoas com deficiência, até Dezembro de 2009.	Contacto com as Instituições e empresas.	Aumentar a integração profissional das pessoas com deficiência.	N.º de Empresas contactadas. N.º de empresas que integraram profissionalmente pessoas com deficiência.



<b>Eixo de Intervenção: Eixo I – Integração Social dos Grupos Vulneráveis.</b>				
<b>Problemática: Insuficiência de Apoio para População Portadora de Deficiência.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Promover a efectiva inclusão social do cidadão com deficiência</b>	Procedeu-se à eliminação de barreiras arquitectónicas, até Dezembro de 2009.	Criação de um grupo de trabalho articulando os técnicos dos serviços de obras da autarquia.	Melhorar as acessibilidades para a população com deficiência. Eliminar as barreiras arquitectónicas existentes.	Plano de intervenção elaborado e executado.
	Os(as) prestadores (as) de serviço de apoio à população com deficiência das funcionárias (os) da APPACDM) obtiveram mais informação/formação, até Dezembro de 2009.	Pesquisar acções de formação existentes no Centro de Emprego e Centro de Formação.	Que as funcionárias adquiram formação específica na área.	Cursos existentes. Candidaturas efectuadas. N.º de formações/horas. N.º de formandas.
	Continuou-se a desenvolver actividades sociais, culturais e recreativas para a população com deficiência, até Dezembro de 2009.	Articulação com Associações Nacionais e Locais.	Pelo menos 30% participam nas actividades. Melhoria da oferta cultural, recreativa e desportiva. Intercâmbio de informações e troca de experiências.	Actividades realizadas. Parcerias realizadas. N.º de participantes nas actividades. Nível de satisfação dos utentes. Relações sociais estabelecidas.
<b>Promover a mudança qualitativa na informação sobre a população com deficiência e as problemáticas sociais associadas.</b>	Procedeu-se ao levantamento/actualização dos dados referentes à população com deficiência no concelho em articulação com as Instituições Locais e Juntas de Freguesia.	Estabelecimento de contactos/ reuniões com Instituições Locais de Saúde e Presidentes de Junta de Freguesia.	Manter actualizados os dados ao nível da população com deficiência para uma melhor e mais eficaz intervenção.	Receptibilidade dos parceiros na cedência da informação. Reuniões/contactos realizados.



<b>Eixo de Intervenção: Eixo I – Integração Social dos Grupos Vulneráveis.</b>				
<b>Problemática: Falta de Habitação Digna para Muitos Agregados Familiares.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Dotar a população residente no concelho de condições de habitabilidade condigna.</b>	Procedeu-se à construção de 50 habitações sociais no concelho de Mirandela, até Dezembro de 2009.	Estabelecimento de parcerias. Candidatura do PROHABITA.	Existência de 50 habitações sociais em Dezembro de 2009.	Nº de habitações construídas.
	Foram apoiadas 27 habitações para proceder a obras de reabilitação/recuperação, até Dezembro de 2009.	Regulamento Municipal do Fundo Social de Apoio à Habitação: Estudos sócio-económicos dos agregados familiares. Visitas domiciliárias.	Foram apoiadas 27 famílias carenciadas residentes no concelho de Mirandela.	Nº de famílias apoiadas ao longo dos 3 anos. Nº de pedidos em lista de espera.
	Os Bairros Sociais do Concelho constituídos por 151 fogos foram geridos com maior proximidade, até Dezembro de 2009.	Estabelecimento de Protocolo de Promessa de Transferência de Bens Imóveis e dos Respective Direitos e Obrigações do IGAPHE para o Município de Mirandela. Venda ou continuação do aluguer desses fogos pela C.M.M. aos arrendatários. Entregar para renda e arrendamento os fogos devolutos.	Realização de pequenas obras/ adjudicamento. Renovação das infraestruturas dos Bairros e respectiva pavimentação.	Nº total de habitações apoiadas.
	Foram vendidas 31 casas propriedade do Município às famílias que lá viviam por um preço simbólico, renovadas e conservadas, até Dezembro de 2009.	Aprovação do Regulamento das vendas das casas na Assembleia Municipal e a sua Publicitação.	Que todas as casas estejam restauradas e recuperadas.	Nº de casas vendidas e restauradas.



<b>Eixo de Intervenção: Eixo I – Integração Social dos Grupos Vulneráveis. Problemática: Alcoolismo e toxicodependência.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Proceder a um estudo diagnóstico na área do alcoolismo e toxicodependência.</b>	Foi elaborado um estudo quantitativo e qualitativo das problemáticas em articulação com as Instituições Locais e Distritais para desenhar estratégias de intervenção, até Dezembro de 2009.	Estabelecimento de contactos com as Instituições para proceder ao levantamento dos dados. Pesquisa de Programa e projectos na área e divulgação aos parceiros.	Manter os dados actualizados. Obter um conhecimento mais profundo da problemática de forma poder-se estabelecer linhas de intervenção.	- Informação compilada.
<b>Promover hábitos de vida saudáveis.</b>	É feita a avaliação dos níveis de consumo, e são feitas intervenções e ou encaminhamento conforme o nível de consumo detectado.	Implementação de uma equipa multidisciplinar no Centro de Saúde.	Avaliar pelo menos 25% da população. Diminuir em 5% a população com grau de risco.	- Cálculo do nº de utentes/ mês / ano, avaliados.
<b>Promover formas saudáveis de ocupação de tempos livres às crianças e jovens do concelho, de forma a prevenir comportamentos de risco. *</b>				

\* - A operacionalização deste objectivo é transversal à área da educação, na qual é já referida a aposta no reforço de actividades culturais e recreativas. É também importante referir as actividades diversificadas que serão implementadas através do Programa Escolhas. Na candidatura a este Programa foram referidos problemas sociais específicos de alcoolismo e toxicodependência precoce. Desta forma, foi contemplado o apoio a crianças e jovens na resolução dos seus problemas sócio-afectivos sinalizando situações de risco apoiando na melhoria das relações familiares e na ocupação de tempo livres.



<b>Eixo de Intervenção: Eixo II – Insucesso e Abandono Escolar.</b>				
<b>Problemática: Insucesso e Abandono Escolar.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Combater a Taxa de Insucesso e Abandono Escolar.</b>	Procedeu-se ao Reordenamento Educativo, até Dezembro de 2009	Aprovação da Carta Educativa que já prevê o nº de Pólos Escolares, a rentabilização dos recursos escolares, a racionalização dos transportes. Implementação da componente de Apoio à Família em toda a rede do Pré- Escolar.	As Escolas de acolhimento que neste momento são cerca de três dezenas, em 2009 estarem concentradas nos 2 Pólos Escolares, um em Carvalhais e outro no Norte do Concelho. Acabar com cerca de 30 escolas e juntar em Centro Escolar com cerca de 1000 alunos.	N ° de Centros Escolares criados em 2009 e nº de alunos.
	As ofertas formativas de cariz profissional ao nível do 9º e 12º ano no ensino público foram alargadas e reforçadas, até Dezembro de 2009.	Criar Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais em diferentes áreas de formação, com vertente académica do 2º e 3º ciclo.	Existência de um reforço e diversidade formativa de cariz profissional ao nível do 9º ano e 12º ano. Proporcionar aos jovens em risco de abandono e insucesso escolar a integração em vias profissionalizantes de forma a concluírem a escolaridade obrigatória.	Evolução do n ° de cursos de cariz profissionalizante existentes. Tipo de cursos existentes por escolas no concelho. N ° de jovens que concluíram o 9º ano através da frequência de cursos formativos de cariz vocacional. N ° de jovens abrangidos em cursos profissionais.



<b>Eixo de Intervenção: Eixo II – Insucesso e Abandono Escolar.</b>				
<b>Problemática: Insucesso e Abandono Escolar.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Combater a Taxa de Insucesso e Abandono Escolar.</b>	Foi elaborado anualmente um Plano de Actividades das Escolas Profissionais do Concelho, até Dezembro de 2009.	Trabalho em Parceria com todas as Escolas Profissionais do Concelho.	Integração de alunos em vias profissionalizantes. Conclusão da escolaridade até ao 12 <sup>o</sup> ano de escolaridade. Reforçar as relações e troca de experiência entre as Escolas e alunos do concelho.	Planos anuais de actividades existentes. Contributo e empenhamento dos parceiros. Nível de participação dos jovens nas actividades.
	Foram reforçadas as actividades culturais e recreativas para crianças e jovens no concelho, até Dezembro de 2009.	Rentabilização dos recursos existentes. Trabalho em parceria.	Participação das crianças e jovens nas actividades propostas. Reforço das actividades culturais e recreativas. Reforço do trabalho em parceria com as escolas.	Planos anuais de actividades existentes. N <sup>o</sup> de participantes. Parcerias levadas a cabo. Envolvimento dos parceiros.
	Foram implementados cursos de Especialização Tecnológica (Nível IV), até Dezembro de 2009.	Protocolos com várias Entidades Públicas e Privadas.	Obtenção do nível IV (quadros técnicos intermédios)	N <sup>o</sup> de jovens abrangidos pelos CET ( Cursos de Especialização Tecnológica)

**Nota:** No concelho existem dois locais de funcionamento em espaço da Internet, e está em negociação com Instituto Português da Juventude (IPJ) a criação de uma loja denominada “ Pontojá”, para que os jovens possam ter mais alternativas de informação e formação.



É importante referir neste eixo de intervenção a aprovação da candidatura ao **Programa Escolhas**, denominado “Incentivar”, levada a cabo pela Santa Casa da Misericórdia de Mirandela em parceria com a Câmara Municipal de Mirandela, Centro Social e Paroquial São João Bosco, Associação Juvenil 31 de Janeiro, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Centro Juvenil Salesiano e ao Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro.

Esta Candidatura foi baseada no Diagnóstico Social do Concelho, daí ter ido ao encontro de um dos eixos prioritários de intervenção: Insucesso e Abandono Escolar.

O Programa Escolhas estrutura-se em quatro medidas:

- 1- **Medida 1:** Visa contribuir para a inclusão escolar e para a educação não formal.
- 2- **Medida 2 :** Visa contribuir para a formação profissional e empregabilidade, com participação prioritária das instituições relevantes nesse domínio.
- 3- **Medida 3:** Visa contribuir para a participação cívica e comunitária.
- 4- **Medida 4 :** Consubstancia uma medida de carácter transversal e cumulativa a uma ou mais das medidas enunciadas nos números anteriores, potenciando-as, e visa apoiar a inclusão digital.

A Candidatura ao Programa no nosso concelho integra as medidas: 1, 3 e 4.

De facto, através desta Candidatura poder-se-á colmatar muitos dos problemas identificados neste eixo, já que tem como objectivo reduzir os fenómenos de insucesso , absentismo escolar e a inserção precoce no mercado de trabalho, ao promover a formação humana das crianças e jovens social, economicamente desfavorecidos e carenciadas no concelho, ao procurar integrar simultaneamente as famílias destas crianças assegurando-lhes a possibilidade de adquirir competências parentais que possam constituir uma motivação para uma educação pessoal e social. Poder-se-ão encontrar estratégias de intervenção de forma a solucionar as dificuldades ao nível da integração escolar e profissional, da ocupação de tempos livres de forma saudável, a formação e orientação psicossocial, ao mesmo tempo que pode permitir apoiar a inclusão digital.



<b>Eixo de Intervenção : Eixo III – Primeira Infância.</b>				
<b>Problemática: Insuficiência de Equipamentos na Primeira Infância.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Aumentar a taxa de cobertura de equipamentos/ serviços para a Primeira Infância.</b>	Foram criadas creches de forma a cobrir as necessidades do concelho, até Dezembro de 2009.	Candidaturas a Programas e Projectos Nacionais (PARES).  Rentabilização dos recursos existentes face à existência de Escola a Tempo Inteiro.	Aumentar o n ° de vagas em creche,	N ° de utentes nas IPSS'S por valências. N ° de utentes em lista de espera.
	Foram implementadas pelo menos 4 amas, até Dezembro de 2009.	Divulgação da importância da constituição do serviço de amas.	Existência de 4 amas legalizadas, até Dezembro de 2009.	N ° de amas criadas.
	Foram criadas respostas sociais para as faixas etárias dos 0 aos 5 anos em períodos de férias escolares, principalmente para o mês de Agosto, até Dezembro de 2009.	Trabalho em parceria entre as IPSS'S do concelho.  Rentabilização dos recursos existentes.  Fortalecer as relações entre as Instituições.	Existência de resposta social para as faixas etárias dos 0 aos 5 anos em época de férias.	Parcerias levadas a cabo. Resposta sociais encontradas. N ° de crianças abrangidas nessas respostas sociais.



<b>Eixo de Intervenção : Eixo IV – (Des)emprego e Qualificação Profissional.</b>				
<b>Problemática: (Des)emprego e Falta de Qualificações Profissionais.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Elevar os níveis de instrução e qualificação profissional e a empregabilidade da população activa, até Dezembro de 2009.</b>	Foram asseguradas colocações ou outras medidas de emprego (estágios profissionais), ofertas formativas ou apoios à criação do próprio emprego a diplomados desempregados, até Dezembro de 2009.	Aproveitamento dos recursos locais (Centros de Formação concelhios, Centro de Formação Profissional, IEFP, ACIM).	Diminuição da taxa de desemprego a diplomados desempregados. Incentivar para a criação do próprio emprego.	N ° de Diplomados desempregados. N ° de formações para diplomados desempregados e n ° de formandos. N ° de estágios profissionais e taxa de empregabilidade.
	A formação de dupla certificação foi aumentada, até Dezembro de 2009.	Aproveitamento dos recursos locais (Centros de Formação concelhios, Centro de Formação Profissional, IEFP, ACIM). Candidaturas ao QREN	Aumentar as qualificações profissionais as competências sociais dos desempregados.	Evolução da formação com dupla certificação. N ° de indivíduos integrados no mercado de trabalho após formação.
	Foram elevadas as qualificações de activos através da Validação e Certificação de Competências, até Dezembro de 2009.	Identificação de competências. Aproveitamento dos recursos locais (IEFP, Consultua) e Centro de Formação Profissional de Bragança.	Aumentar o n ° de adultos certificados através do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Aumentar as qualificações e as competências.	N ° de adultos certificados através do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. N ° de adultos que não concluíram o processo.



<b>Eixo de Intervenção: Eixo IV – (Des)emprego e Qualificação Profissional.</b>				
<b>Problemática: (Des)emprego e Falta de Qualificações Profissionais.</b>				
<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Estratégias de Acção</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores de Avaliação</b>
<b>Elevar os níveis de instrução e qualificação profissional e a empregabilidade da população activa, até Dezembro de 2009.</b>	Foram elaboradas acções de sensibilização semanais para alterar a atitude passiva perante o desemprego, até Dezembro de 2009	Sessões de informação colectiva.  Trabalho em parceria	Tornar os indivíduos mais activos na procura do emprego.	N ° de sessões realizadas. N ° de pessoas sensibilizadas.
<b>Criar mecanismos para a integração das mulheres no mercado de trabalho, até Dezembro de 2009.</b>	Foram reforçadas as ofertas de formação profissional vocacionadas para o sexo feminino, até Dezembro de 2009.	Aproveitamento dos recursos locais (Centros de Formação concelhios, Centro de Formação Profissional, IEFP).	Aumentar a qualificação profissional feminina. Diminuição da taxa de desemprego feminina.	N ° de cursos profissionais criados e a sua taxa de integração no mercado de trabalho. Taxa de desemprego feminino.

## **7 - Considerações Finais / Avaliação.**

Este Plano de Desenvolvimento Social constitui o primeiro esforço de articulação de parcerias das diferentes Entidades do Concelho com intervenção na área do social. Desta forma, é importante que a sua implementação seja monitorizada e objecto de uma avaliação intermédia e final de forma a medir a eficácia e eficiência do mesmo. Deste modo, possibilita-se, caso se justifique a introdução de medidas correctivas (essenciais para a qualidade do processo) ou mesmo alterações mais profundas no sentido de garantir que é um instrumento efectivo para o Desenvolvimento Social do Concelho.

A avaliação será ex-ante, on-going e ex post. Desta forma, prevê-se a realização de uma avaliação intermédia e final de cada Plano de Acção, de forma a se poder fazer os reajustamentos necessários para os Planos de Acções seguintes.

Esta avaliação terá como base os objectivos definidos e os respectivos indicadores de avaliação apontados.

O Conselho Local de Acção Social, através do Núcleo Executivo, será o responsável por encontrar uma equipa de procedimentos de avaliação. Significa pois que será ao Conselho Local de Acção Social, e ao Núcleo Executivo a quem caberá a responsabilidade do acompanhamento e execução do Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção, não descurando, obviamente a responsabilidade de cada parceiro da execução das acções em concreto.

É também importante implementar um Sistema de Informação capaz de proceder à actualização do Diagnóstico Social, assim como um forma de gerir e partilhar a informação entre os parceiros.

## 8 - BIBLIOGRAFIA

ARON, R (2000). “As Etapas do Pensamento Sociológico”, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

BOGDAN, BIKLEN, S. (1994). “Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à Teoria e aos Métodos.” Porto: Porto Editora.

CENSOS 2001- Portugal- Instituto Nacional de Estatística. XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação.

GIGLIONE, R (1996). “ O Inquérito”. Oeiras: Celta Editora.

LESSARD, M., GOYIETTE, G, BOUTIN, G. (1990). “ Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas.” Lisboa: Instituto Piaget

PESTANA, GAGEIRO. (2000). “Análise de Dados para as Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS.” Lisboa. Edições: Sílabo.

PEREIRA (1999). “SPSS- Guia Prático de Utilização. Análise dos Dados para Ciências Sociais e Psicologia.” Lisboa. Edições: Sílabo.

OLIVEIRA, PAIS, CABRITO (1991) “ Relações Públicas.” Porto Editora: Texto Editora.

GUERRA, ISABEL (2000). “Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais.” Cascais: Editora: Principia.

MELO, ALBERTO (1998). “Ditos e Reditos em torno do Desenvolvimento Social.” Faro. Associações In Loco.

REDE SOCIAL, NÚCLEO. Dic- Departamento de investigação e conhecimento. Programa Rede Social. Plano de Desenvolvimento Social.



HESPANHA, P., PORTUGAL, S. (2002). “A Situação da Região do Norte no Domínio do Social.” Edições: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Comissão de Coordenação da Região do Norte.

### **Documentos Consultados:**

- Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISSP (Janeiro-2005). “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental”.
- Plano de Desenvolvimento Social de Mação.
- Carta Educativa do Município de Mirandela – Junho (2006).
- PAIPDI (2006-2009) – Apresentação em Conferência de Imprensa, 1 de Fevereiro/2006.
- ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2015). Autores: Isabel Almeida Mota, Mário Pinto, Jorge Vasconcelos e Sá, Viriato Soromenho Marques, José Félix Ribeiro.
- Plano Nacional de Saúde (2004-2010)- Volume I – Prioridades. Ministério da Saúde – Direcção Geral de Saúde. Lisboa.
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2006-2008).
- Plano Tecnológico. Uma Estratégia de Crescimento com base no Conhecimento. Documento de Apresentação.

### **Legislação:**

- Decreto - Lei n.º 101/2006 (Diário da República. 1ª Série - 6 de Junho de 2006).
- Despacho n.º 22 251 (2ª Série)- Diário da República – 2ª Série – 25 de Outubro de 2005.
- Diário da República – I Série B n.º 273 – 25 de Novembro de 2003.
- Despacho n.º 16795/2005 (2ª Série)



